

Jurandir Malerba

Professor da Unesp. Autor, entre outros,
de *A corte no exílio* e *A Independência brasileira: novas dimensões*.

Sobre o Tamanho da Comitiva



Não há consenso entre os especialistas sobre o número de pessoas que acompanharam a família real de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1808. Este ensaio pretende fornecer uma contribuição a esse debate, argumentando a favor da plausibilidade da tese de que comitiva era constituída por cerca de 15 mil pessoas.

Palavras-chave: fuga da corte portuguesa para o Brasil; comitiva de d. João; Brasil joanino.

There is no consensus among specialists on the extent of the entourage that escorted the Portuguese royal family from Lisbon to Rio de Janeiro in 1808. This essay aims at to contribute to this debate by arguing in favor of the consolidated thesis that defends that 15 thousand people is a plausible number.

Keywords: escape of Portuguese royal family to Brazil; prince João's entourage; joanin Brazil.

Já faz mais de uma década que pesquisei sobre a permanência da família real no Rio de Janeiro, com vistas à confecção da minha tese de doutorado. Desde que foi publicada, com o título *A corte no exílio*, intelectuais de nomeada, pertencentes ou não ao meio

acadêmico, distinguiram essa obra ao comentá-la publicamente. Entre meus leitores, tive o privilégio de receber a crítica abalizada de profissionais como Marco Morel, Gilberto Vasconcelos, José Carlos Barreiro, Iara Lis Souza, Luiz Geraldo Silva, Manolo Florentino, Antonio

Lázaro de Almeida Prado e Neill Macaulay, entre outros.¹

Um tópico levantado na época, em uma resenha, chamou-me a atenção. Dizia respeito ao número de pessoas que acompanharam a família real de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1807-1808. Em generosa resenha sobre o meu livro, um dos maiores conhecedores da história do Rio de Janeiro no primeiro quartel do século XIX, o historiador Marco Morel,² referia-se à boa oportunidade que ele suscitava para se reverem aspectos importantes do período

joanino, entre os quais a maneira como se deu a instalação da corte no Rio de Janeiro. Foi Morel quem primeiro me alertou para o consenso da historiografia quanto ao número de pessoas que teriam feito a travessia atlântica junto com a família real. Esse número, que soava exagerado ao pesquisador dos primeiros jornais e panfletos que circularam na corte, gira em torno dos 15 mil embarcados. Contra esse consenso, Morel evoca a tese do arquiteto Nireu Cavalcanti, defendida em 1997 e até aquele momento inédita, intitulada *A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: as suas*



D. Carlota Joaquina do Brasil. Ângelo Pereira, *Os filhos de el-rei d. João VI*, 1946

muralhas, sua gente, os construtores (1710-1810), na qual,

(...) após trabalhar com habitual seriedade em documentação diversificada e refletir sobre ela, conclui que na comitiva de 1808 chegaram apenas 211 pessoas, além de 14 membros da família real, sucedidos por 233 em 1809, o que dá um total de 458 pessoas. Como imaginar que 15 mil homens e mulheres (8% da população de Lisboa) fugiram em segredo e que o Rio de Janeiro teve sua população aumentada em 20% de um dia para o outro? As embarcações não comportavam tanta gente.³

Outro leitor do meu livro, logo após sua publicação, também questionou o número de 15 mil trânsfugas, apoiando-se na mesma obra do arquiteto e historiador Nireu Cavalcanti. Adeldo Gonçalves, em resenha intitulada "A boa vida da corte no Rio de Janeiro", depois de estranhar que eu tenha aceitado sem crítica a tese consagrada da historiografia – como a obra de José Luiz Soriano, segundo a qual 15 mil pessoas teriam aportado por aqui –, afirma que eu seguia o exemplo de outros historiadores desavisados, como Lilia Schwarcz e Nestor Goulart. Nosso grande pecado era justamente desconhecer a tese de Nireu Oliveira Cavalcanti, em que "garante que não chegou a quinhentos o número de pessoas que acompanharam d. João, contando inclusive os 14 membros da família real. O curioso é que boa parte das fontes primárias consultadas por Cavalcanti também está citada na bibliografia de Malerba".⁴

Em seguida, Gonçalves constrói seu argumento apresentando os manuscritos e as obras impressas que corroborariam a tese dos quinhentos migrados. Depois de relacionar todas as fontes em que se ampara Cavalcanti, oriundas de diversos arquivos portugueses e brasileiros, defende que aquele estaria mais bem fundamentado do que toda a historiografia, pois, além das fontes primárias que dão suporte ao seu livro, tem a seu favor a própria lógica:

Não dá para admitir que fosse possível acomodar oito, 12, 13, 15 ou 20 mil pessoas nas naus que zarparam de Lisboa pouco antes da chegada do esfrangalhado exército de Junot (...). Além disso, a decisão foi tomada em apenas dois dias, quando o príncipe regente soube do iminente avanço da tropa de Junot, o que tornaria impossível arregimentar tanta gente.⁵

E arremata:

*Portanto, pode-se facilmente concluir que tudo o que se escreveu sobre a influência da corte no Rio de Janeiro está superdimensionado, o que inclui a informação de que milhares de cariocas foram desalojados para ceder suas residências aos que chegavam. Esse tipo de situação até ocorreu, mas não nas proporções que se lê na maioria dos livros que tratam do assunto. Como, infelizmente, Malerba não elucida esta questão, embora o seu trabalho mereça muitos elogios, a esperança é que algum editor mais atilado se disponha a publicar o mais rápido possível a tese de Nireu Cavalcanti.*⁶

Não posso deixar de dizer que considerei curiosa a defesa fiel e intransigente por Gonçalves da tese de Cavalcanti. Mais ainda porque tive a oportunidade de vê-lo reiterá-la em outros momentos, particularmente em resenhas que fez a obras de outros autores. O questionamento da tese consagrada na historiografia de que 15 mil pessoas acompanharam d. João é mais contundente ainda, por exemplo, na resenha que ele faz da obra de Carlos Eugênio Líbano Soares sobre capoeiragem escrava no Rio de Janeiro. Depois dos elogios, aponta os dois momentos em que o resenhado pecara ao mencionar o número fatídico de 15 mil. Afirma que fizera referência ao número sem citar as fontes porque não haveria qualquer fonte a referendá-lo.

*É uma balela que vem sendo irresponsavelmente repetida por muitos historiadores, inclusive em trabalhos recentes. Se o erro é aceitável em historiadores 'alérgicos' ao pó dos arquivos, que preferem quase sempre repetir o que lêem em obras impressas, é inadmissível em Soares, decididamente um pesquisador nato. Se tivesse prestado menos reverência à brasilianista Mary C. Karasch e consultado mais o seu companheiro de Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Nireu Cavalcanti, ou lido a sua tese de doutoramento, *A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: as muralhas, sua gente, os construtores, 1710-1810* (Universidade Federal Fluminense), não teria repetido o disparate.⁷*

Neste momento da leitura, senti-me o mais logrado dos historiadores – daqueles que, por não terem experiência de pesquisa em arquivo, engrossam o número dos irresponsáveis que vivem a repetir balelas e disparates. É possível que eu, como Líbano Soares, tenha incorrido no “velho vício acadêmico que obriga mestrandos e doutorandos a só citar autores consagrados pela cúpula ‘intelectual’”. Só isso poderia explicar nossa falha.

Afinal, Cavalcanti prova, com base em documentos do ANRJ e da Biblioteca do Palácio da Ajuda, de Lisboa, que não passou de 250 o número de pessoas que embarcaram com o príncipe regente a 29 de novembro de 1807, fugindo das tropas napoleônicas. E que, no decorrer de 1808, chegaram, no máximo, mais 250.⁸

Mas enganam-se aqueles que pensam se encerrar aí o círculo dos historiadores desenganados que vivem a papagaiair as invencionices e os disparates propalados pela historiografia. Outros três historiadores ingênuos receberam a crítica impiedosa de Adolto Gonçalves, por reiterar a insana (termo de Gonçalves) tese dos 15 mil. Em sua contribuição ao livro *Via-gem incompleta: a experiência brasileira, a grande transação*, organizado por Carlos Guilherme Mota, Nestor Goulart Reis Filho

(...) passa adiante a balela de que 12 mil portugueses vieram com a família real, concluindo que, ‘com suas carruagens e outros modos de vida e a intensificação da vida política, contribuíram certamente para mudan-

ças nas formas de uso e vivência das ruas e praças' (do Rio de Janeiro).⁹

Em *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil (1808-2000)*, o historiador Amado Luiz Cervo também incorreu no pecado de afirmar que d. João, na fuga, "levava consigo 36 navios da esquadra portuguesa e uma comitiva de aproximadamente 15 mil pessoas".¹⁰ No entanto, ameniza Gonçalves:

(...) até que os dois historiadores foram "comedidos" porque Lilia Moritz Schwarcz, em *As barbas do imperador* (Companhia das Letras, São Paulo, 1998), pág. 35, *aumentou o disparate para 20 mil. Nenhum dos três historiadores cita as fontes documentais em que teriam colhido a informação. Provavelmente, repetiram dados que leram em livros impressos mais antigos. E pior: não pararam nem para refletir.*¹¹

O alívio para Gonçalves é que a verdade voltou a reinar, uma vez que essa informação foi documentalmente desmentida na tese de doutoramento de

Nireu de Oliveira Cavalcanti! "Segundo o pesquisador, não chegou a 250 o número de pessoas que acompanharam o príncipe regente e sua mãe, a rainha d. Maria I, nas 19 naus que zarparam de Lisboa, sob a proteção inglesa, às vésperas da chegada da tropa invasora do general Junot."¹²

Ainda recentemente Gonçalves volta à carga contra a desavisada historiografia que, a exemplo de Oliveira Lima, continua repetindo o número primeiramente auferido por O'Neill dos 15 mil migrados na fuga, sem se preocupar, porém, em ir ao Arquivo:

Nireu Cavalcanti, autor de *O Rio de Janeiro setecentista* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004) foi o único historiador, até agora, que esteve no ANRJ para conferir essas listas. Fez as contas e concluiu que o número de pessoas que desembarcaram no Rio de Janeiro em 1808 e 1809 não passou de 444, 'entre as quais 60 membros da família real e da alta nobreza portuguesa que chegaram ao



Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1812

Rio de Janeiro nos dois anos em questão'. Mas a maior parte dos historiadores ainda prefere se aferrar aos números de O'Neill porque, afinal, é mais fácil repetir o que já está impresso. E ninguém gosta de admitir erros ou corrigir equívocos.¹³

Antes de contrapor, ao questionamento visceral de Adeldo Gonçalves, os procedimentos por meio dos quais acabei concordando que o número dos migrados com d. João rondava os 15 mil, talvez ajude a redimir meus erros mostrar de quem estou acompanhado nesse desvario. Portanto, vamos a um pequeno passeio pela historiografia. Luz Soriano¹⁴ calcula que, para o Brasil, havia migrado metade do capital português, junto com cerca de 15 mil pessoas. Rocha Martins¹⁵ fornece detalhes minuciosos da fuga e calcula em cerca de 13.800 o número dos fugitivos. Pandiá H. Castello Branco, em texto apresentado no I Congresso de História Nacional organizado pelo IHGB, reitera o número clássico: "Era tão numeroso o séqüito de d. João, que foi preciso equipar uma esquadra de oito naus, 12 brigues, três fragatas e duas charruas, saindo ao todo cerca de 15 mil pessoas, a maior parte composta de nobres, ministros, funcionários, negociantes e creados (sic)".¹⁶ Já Luis Norton, em seu livro cuja primeira edição é de 1938, afirma que "cerca de 15 mil pessoas procuraram alojamento na esquadra (composta de oito naus, três fragatas, dois brigues, uma escuna de guerra e uma charrua de mantimentos)".¹⁷

Em sua síntese da história do Brasil, de 1947, fazendo coro com a maioria dos autores referidos, Pedro Calmon destaca o grotesco do espetáculo do embarque.

Jamais sucedera coisa semelhante: a emigração d'um governo, com as suas principais pessoas, os seus arquivos, os seus livros, o seu mobiliário, tudo o que pode ser removido, empacotado, instalado nos porões dos barcos, enquanto o povo, comovido e triste, só tinha cóleras e injúrias para os 'afrancesados', os suspeitos de colaboração com o inimigo... *Umaz dez mil pessoas acumularam-se nas oito naus, quatro fragatas e quatro brigues e corvetas. Onde trezentas eram demais, apertaram-se 1.600.*¹⁸

Calmon menciona dados fornecidos por um observador direto desses acontecimentos, José Teodoro Biancardi. Em suas *Cartas americanas*, cuja primeira edição é de 1809, diz Biancardi que o príncipe regente ficara na nau "Príncipe Real" com mais 1.600 pessoas; dona Carlota, na "Afonso", com outras 1.200; as infantas, na "Rainha", com 1.500; na "Count Heinrich", embarcaram 1.300; na "Martim de Freitas", outras mil; na "Príncipe do Brasil", mais 600, e assim por diante.¹⁹

Com a verve irônica que caracteriza sua clássica *História do Império*: a elaboração da Independência, Tobias Monteiro fornece detalhes pitorescos do embarque, a exemplo de d. Maria, que, depois de um longo período de reclusão causado pela

insanidade mental, teve lampejos de lucidez durante o tumulto do embarque, ao ordenar aos berros “Não corram tanto! Acreditarão que estamos fugindo!” e indagando-se “por que fugir sem ter combatido?”. Monteiro cita suas fontes: “Rubio colhe essa informação na obra de Bouchot, *História de Portugal e suas colônias*. Também de Monglave, insere as mesmas frases da rainha na *Correspondance de d. Pèdre I*, e Oliveira Martins, na sua *História de Portugal*.” Quanto ao tamanho da comitiva, é ponderado:

Cerca de 15 mil pessoas reuniram-se a bordo da esquadra. Talvez este número, citado por mais de um historiador, não seja exagerado; a marquesa de Abrantes conta 13.800; Oliveira Lima recorda o cálculo de um oficial inglês, segundo o qual, só a bordo do *Príncipe Real*, onde vinha d. João, acumulavam-se mil e seiscentas pessoas. Muita gente dormia no tombadilho, ou nem sempre achava onde dormir.²⁰

Alan Manchester, em texto escrito em 1967, intitulado justamente “A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro”, detalha minuciosamente a operação, desde a tomada da decisão – que, no auge dos conflitos decorrentes do bloqueio continental, começou na sessão do Conselho de Estado em 12 de agosto de 1807 –, o embarque, até a instalação da corte no Rio de Janeiro. No tocante ao embarque, afirma:

Com Junot em Abrantes o tempo tornou-se extremamente limitado. Embora quase todos eles precisassem ser transportados de Mafra, o embarque dos membros da família real correu bem. Variam muito as estimativas, mas aproximadamente umas 10 mil pessoas tomaram os navios entre a manhã de 25 e a noite de 27 de novembro.²¹

Em nota, Manchester escrutina suas fontes: Ângelo Pereira, Thiers, Tobias Monteiro, Pereira da Silva, Boiteux e muitas fontes primárias, avaliando inclusive o tamanho da frota.

Suo Príncipe de Beira vindo de Lisboa com
 51 dias de viagem. Domingos José dos Santos
 de Brito como a figura da Portuguesa, não encontrou mais
 embarcações, nem de mais novidade alguma, nem de
 me de figura no nordeste da Bahia com tempo.
 Domingos José dos Santos

Papéis relativos à vinda da família real para o Brasil, 1808

Há de se convir que não se trata de historiadores inexperientes. Em que Soriano, Rocha Martins, Pedro Calmon, Luis Norton, Oliveira Lima, Oliveira Martins, Tobias Monteiro, Otávio Tarquínio de Sousa, Alan Manchester embasavam-se para se expor publicamente, ao emitir e reiterar a tese de que a comitiva que acompanhou a família real girava em torno de 15 mil almas? E todos nós, posteriores – que não temos no sangue o dom da perspicácia e somos alérgicos ao pó dos arquivos e tomados pelo velho vício acadêmico de citar apenas “autores consagrados pela cúpula ‘intelectual’ –, só fizemos repetir, geração após geração, tais “balelas e disparates”.

De minha parte, acredito que vale a pena aceitar o desafio da crítica e oferecer a réplica. O exercício é válido, sobretudo, em função de dois fatores. Primeiro, porque essa questão, à exceção talvez do interesse dos especialistas em história naval,²² não constitui em si um objeto de reflexão.²³ Mas ao senso comum ela soa importante. As efemérides do bicentenário da transferência da corte vão ensejar esse tipo de discussão, inclusive nos grandes meios de comunicação. Trata-se, por-

tanto, de obrigação ética dos historiadores a precisão dos fatos. Em segundo lugar, e mais importante para mim, cabe discutir essa questão por um imperativo metodológico: como se produz conhecimento histórico? E mais, quem, como e onde se valida esse conhecimento?

Gonçalves se impressiona com o fato de que “parte das fontes primárias consultadas por Cavalcanti também está citada na bibliografia de Malerba”. Trata-se, é claro, do códice 730, *Papéis relativos à vinda da família real para o Brasil (Relação das pessoas que vieram e das naus que fizeram o transporte)*,²⁴ 1808, pertencente ao Arquivo Nacional, e da *Relação das pessoas que saíram desta cidade para o Brasil, em companhia de S.A.R., no dia 29/11/1807*, do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como eu disse antes,²⁵ o códice do Arquivo Nacional é bem menos completo do que a listagem do IHGB. Em todo o códice 730, há apenas dois mapas mais detalhados. À página 12, encontra-se o “mapa do atual estado do Bergantim de S.A.R. o Voador, cuja soma atinge 150 pessoas”.²⁶ À página 16, temos o outro “mapa do estado atual da guarnição da



Frente principal do edifício..., que faz o centro na rua do Ouvidor, Rio de Janeiro, 1812

fragata Minerva, que soma 326 pessoas”.²⁷ Portanto, um total de 476 pessoas, próximo dos 458 migrados levantados por Gonçalves e Cavalcanti.

Na *Relação das pessoas*, existente no IHGB, encontramos todos os nomes que são familiares aos estudiosos do período, os grandes títulos, os serviçais. Vemos que embarcaram grandes famílias, como a do duque de Cadaval, os marqueses de Vagos, Torres Novas, Anadia, Angeja, Bellas, os condes de Belmonte, Caparica, Redondo e Cavalheiros, o marquês do Lavradio. E mais os estadistas da coroa, como d. Rodrigo de Souza Coutinho, Thomas Antonio Vilanova Portugal, d. Fernando José de Portugal. O círculo estreito da corte certamente concorreu para servir ao rei, como atesta a presença de pessoas como Francisco Rufino de Souza Lobato, Inácio da Costa Quintela, José de Oliveira Pinto Botelho Mosqueira, o físico-mor do reino Manoel Vieira da Silva e José Correia Picanço, primeiro cirurgião da Câmara – e mais uma bateria de varredores, reposteiros, damas e demais serviçais. E comerciantes famosos, como Joaquim José de Siqueira e Manoel Velho da Silva, cujos nomes são seguidos da indicação “negociantes”.²⁸ Ombreando esses homens e mulheres de alto coturno, havia anônimos a servi-los, como Bernardo José, “homem pardo, criado de varrer”, que acompanhou a família do duque de Cadaval, ou um tal Miguel José, “preto, criado de Francisco de Paula Maggesi”.

Mas não é tanto a qualidade desses nomes o que aqui nos interessa. Quem toma

a *Relação das pessoas* existente no IHGB e enumera os nomes lá constantes chega a um total de 514 pessoas. Eis o desafio metodológico. Acontece que, em história, dois mais dois nem sempre – a rigor, quase nunca – somam quatro. A lista, que parece, à primeira vista, exata, fornece indicações valiosas, principalmente quando é lacônica. Por exemplo, junto ao nome do marquês de Vagos, filho, há a indicação “e alguns criados”. Antônio Araújo de Azevedo também veio escoltado por “alguns criados”. O mesmo acontece com o marquês de Angeja. Consta que o conde de Belmonte, sua mulher e o conde seu filho vieram acompanhados por “criados e criadas”. Quem visa saber o tamanho da comitiva precisa responder a essas questões: quantos eram esses criados? Teriam vindo sós ou traziam suas famílias?

E por falar nisso, são inúmeras as indicações de pessoas que vieram com suas “famílias”. A rigor, das 514 que compõem a *Relação*, mais de cinquenta vieram acompanhadas por familiares, entre elas:

O conde de Caparica, d. Francisco de Menezes da Silveira e Castro, com sua mulher e filhos;

O conde de Cavalheiros, sua mulher, irmão, e família;

José Egidio Alves de Almeida, com sua mulher e família;

D. Josefa Joaquina Marianna Breco da Silveira, viúva do desembargador José Mauricio da Gama, com duas filhas e um filho;

Francisco Inácio, capitão-de-fragata, com sua família;

Francisco José Beiras, piloto, com sua família;

João..., morador da rua do Paço dos Negros, com a sua família;

José Alves Victória, sargento-mor reformado com a sua família;

João Correa, escrivão das naus, com sua família;

João Batista de Azevedo Coutinho e Montauri, com sua família;

Antonio Gomes, mestre da nau Príncipe do Brasil, com a sua família;

O capitão-tenente ocupado no Serviço da Esquadra, com sua família;

Francisco Joaquim, capitão-de-fragata, com sua família;

João Manoel, oficial do contrato do Tabaco, com sua família;

Vasco José de Paiva, capitão-tenente, com sua família;

Francisco Ignácio Gerardo, capitão-de-fragata, com a sua família;

Henrique da Fonseca Prego, capitão-de-mar-e-guerra, com sua família;

Francisco Bonifácio, sargento-de-mar-e-guerra com a sua família;

Anna Joaquina, viúva e filhos, assistente na rua de São Felix;

Joaquim Manoel de Paiva, escrivão da mesa dos Vinhos, e sua família;

Francisco Gomes, segundo-tenente com a sua família;

João..., contramestre de navios, com a sua família;

Manoel Francisco, taberneiro, assistente na travessa do Pasteleiro, com a sua família;

Mônica Palmilhadeira, assistente na dita travessa, com a sua família;

Antonio do Rosário, mestre das naus, com a sua família;

Sebastião Pedro de Mello Povoas, guarda Marinha, com suas tias;

Manoel da Silva Franco, e a sua família, na rua Bella da Rainha;

José Maria de Azevedo, Feitor do Pescado, com seus irmãos reposteiros e seus tios;

Luis Gomes, reposteiro da Casa Real, com sua família;

José de Almeida, mestre carteiro, e sua família;

Thomas Antonio Carneiro, criado particular de S.A.R., com sua família;

Joaquim Bernardo, cabeleireiro, e sua família, assistente em Queluz de Baixo;

João Brusco, varredor do quarto do príncipe, com a sua família;

Pedro Fortuna, cozinheiro da Casa Real, com a sua família;

Antonio Pedro Fortuna, dito, com a sua família;

João Duarte, cozinheiro da dita (Casa Real), com sua família;

Vicente Paulino, mestre da cozinha real, e sua família;

José Alvarenga, contramestre da dita (cozinha), e sua família;

José Pedro, cozinheiro, com a sua família;

José Leite, tenente do Regimento de Infantaria nº 4, com sua família;

José Caetano, fiel dos Portos, com a sua família;

Luis Fernandes, cozinheiro com a sua família;

Manoel Simões, cozinheiro com a sua família;

Antonio Faustino Lamprea, com a sua família;

Thomas Franco, capitão-de-fragata, com toda a sua família;

Francisco Xavier de Noronha Torrezão, oficial da Secretaria de Estado com a sua família;

O capitão-tenente João da Fonseca, com a sua família;

João Inglês, porteiro da Cana, com a sua família;

Vicente José, contramestre dos navios, com sua mulher e filhos;

Francisco Pedro, Mestre da Ribeira, com a sua família;

Felipe Antonio, Guardião da Ribeira, com a sua família;

José Maria, capitão-de-mar-e-guerra, e sua família;

José Maria, capitão-tenente de Brigada da Marinha, com sua mulher e filhos.²⁹

São os detalhes que me chamam a atenção. Seria uma mera questão de estilo do

autor dessa lista diferenciar que uma pessoa tenha vindo "com sua família" ou, no caso de "Thomas Franco, capitão-de-fragata, com *toda* a sua família"? Não creio. Note-se que o autor da lista diferencia "famílias", reiteradamente mencionadas, de outras ocorrências. Por exemplo, Vicente José, contramestre dos navios, veio acompanhado "com sua mulher e filhos", assim como José Maria, capitão-tenente de brigada da Marinha, "com sua mulher e filhos", o mesmo sendo válido para o conde de Caparica. Quer isso dizer que "mulher e filhos" não são sinônimos de "família"? Para além dessa distinção, na listagem discrimina-se ainda quando os acompanhantes são apenas "irmãos", "suas tias", "sua mulher" ou "seus irmãos reposteiros". Portanto, considerando o conhecimento assentado sobre a família patriarcal estendida presente em Portugal e trazida para o Brasil desde a época da colonização, podemos supor que "família" envolve, para além do núcleo pai, mulher e filhos, mais alguns círculos concêntricos de agregados, inclusive não-consangüíneos.³⁰

É, no mínimo, temeroso fazer-se uma contagem simples a partir das listas onomásticas oferecidas pelas fontes disponíveis, sem se atentar para essas outras informações escondidas nas suas entrelinhas.

Há ainda outros questionamentos a se fazer a essa documentação. Obviamente, quando consideramos todos os relatos sobre o tumulto do embarque, reiterado por simplesmente todos os autores citados neste ensaio, há que se considerar que nem todas as pessoas embarcadas foram efeti-

vamente cadastradas. Sobre este último ponto, posso indicar pelo menos quatro indícios, encontrados ao acaso.

Em primeiro lugar, o caso do segundo-tenente da Armada Real Paulino Joaquim Leitão, que oferecera um daqueles poemas encomiásticos, destilando todo o ardor da mais devota vassalagem, ao príncipe regente: “A Esquadra Portuguesa que transportou aos Estados do Brasil os soberanos de Portugal, elogio oferecido a Sua Alteza Real o príncipe regente nosso Senhor”. Leitão acompanhou a família real; na dedicatória a d. João, depois de todos os encômios, oferta e expõe o motivo de ser de sua obra:

É por tão plausível motivo, Real Senhor, que eu confio em que V.A.R. se não dignará aceitar, e defender debaixo dos seus régios auspícios (visto que me é necessário um mecenas, e que ninguém mais o pode ser em assuntos de semelhante natureza) este limitado tributo da minha gratidão, este irrefragável testemunho dos meus incansáveis esforços para me tornar útil por todos os modos.³¹

O segundo caso consta no fundo Casa Real e Imperial do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e diz respeito ao pedido de aumento de vencimentos feito por um mestre de dança do Paço, de resto negado pelo visconde do Rio Seco. Pedro Colona reclamava do seu diminuto ordenado, que vinha recebendo pelo real bolsinho particular; as treze moedas e meia por mês que passou a receber no Rio eram insuficientes para suas despesas, sobretudo o aluguel de casas, “por

serem muito caras no presente”. Roga que tenha seu pago equiparado ao do maestro Marcos Antonio Portugal, que

(...) recebe mais cinqüenta moedas para casas, além dos mais criados, que Vossa Majestade foi servido fazer-lhe a mesma graça; e porque o suplicante se acha empenhado para suprir as indispensáveis despesas da sua numerosa família. Implora a piedade, e generosidade de Vossa Majestade, para que seja servido contemplar o suplicante na mesma conformidade que se pratica com Marcos Antonio; visto ser o suplicante um dos mestres mais antigos, e ter a honra de servir a Vossa Majestade há cinqüenta anos.³²

O terceiro exemplo remonta ao segundo dia de janeiro de 1818, quando vemos chegar às secretarias de Estado outra contenda por causa do famigerado sistema de aposentadorias. Um proprietário de casas reclamava o recebimento do aluguel por meio do sistema, já que em sua casa se instalara, no ano anterior, o padre José de Carvalho Sousa. Em minuta ao rei, seu secretário lhe explicava que:

Ao lugar de confessor não é nato o pagamento das casas; e por conseguinte o meu parecer é que o suplicante o deve haver do referido padre, que quer chamar ao seu lugar essa obrigação, a exemplo dos padres *frei Antonio Abrantes, e Mazzoni, a quem Vossa Majestade por graça especial fez mercê em atenção a terem acompanhado a Vossa Majestade para esta Corte*. O pagamento que

o suplicante agora requer, devia pretender quando o referido padre pediu a aposentadoria, para ele, ou as pagar adiantadas por seis meses segundo a lei, ou apresentar o título pelo qual mostrou-se que a renda havia ser paga pela Real Fazenda.⁵³

Ora, os nomes de Antonio Abrantes e João Mazzoni constam entre os oito padres e freis listados na *Relação das pessoas que saíram desta cidade para o Brasil*, mas o solicitante padre José de Sousa Carvalho, que também acompanhou o príncipe regente na travessia atlântica, não consta ali!⁵⁴

Por fim, em quarto lugar e como mais um exemplo das práticas de solicitação de graças e da generosidade do soberano, encontrei no fundo da Casa Real e Imperial do Arquivo Nacional um pedido de graça de um pintor, que explica seu merecimento nestes termos:

Antonio José Nunes, pintor pensionado por S. A. R., e discípulo do primeiro pintor da Câmara e Corte, Domingos Antonio de Siqueira, *teve a honra de acompanhar a S.A. para esta cidade do Rio de Janeiro, vindo na nau Príncipe Real, e em companhia do ilustríssimo e excelentíssimo marquês de Angeja*, e desde que chegou tem estado empregado com obras que S.A.R. lhe incumbiu (...).⁵⁵

Há uma minuta escrita pelo visconde de Rio Seco que resume tudo isso, nesse teor: “Antonio Jose Nunes, pintor pensionado e empregado no Real Serviço de V.A., teve a honra de acompanhar a V.A.R. E não ten-

do de que subsistir pede a V.A.R. a mercê de lhe mandar contribuir uma pensão.”⁵⁶

Esse documento data de 5 de setembro de 1808, seis meses após o desembarque da família real. Embora conste que o marquês de Angeja se fez acompanhar de criados, o nome de Antonio José Nunes também não consta da *Relação*.

A questão que aqui se impõe é: quantos mais acompanharam a família real na fuga de Lisboa para o Rio de Janeiro e não se encontram contabilizados nos registros oficiais?

Por fim, merecem atenção as conjecturas de Kenneth Light, especialista em história naval. Light pondera que, no número de 15 mil pessoas aceito pela historiografia, estariam incluídas as guarnições da esquadra naval; mesmo se estas estivessem incompletas, acredita ele, aquele número nunca seria inferior a seis mil pessoas. Quanto ao número de embarcações, concorda que não se pode ter certeza. O livro de quartos da nau capitânia “Hibernia” reportava, a 29 de novembro de 1807, que 56 navios estavam à vista: 16 da esquadra portuguesa, nove do esquadrão britânico e, por conseguinte, 31 navios mercantes.⁵⁷

Em suma, a resposta para a questão do tamanho da comitiva da família real que aportou no Rio de Janeiro em 1808 não pode ser reduzida a uma mera discussão algébrica. Tanto é assim que os historiadores se deparam com ela há quase duzentos anos. Porém, a matemática dos historiadores, que não pode ser tão exata quanto a dos engenheiros, arqui-

tetos e jornalistas, reclama de nós o respeito pelos que nos precederam e nos autoriza a aceitar como plausíveis as avaliações de que, com a família real, veio uma comitiva cuja dimensão pode oscilar entre seis e 15 mil pessoas. Esse é um dado realmente fundamental para quem entende que os historiadores almejam contar a história “tal como aconteceu”, à moda dos preciosismos dos antiquários, para quem a história que

nos falta conhecer jaz perdida no silêncio dos arquivos. Porém, independentemente da precisão, a história do período joanino veio se escrevendo sempre, e cada vez melhor, desde o século XIX. Acredito que assim continuará, antes que algum iluminado encontre o documento perdido que resolveria de uma vez por todas a questão do tamanho da comitiva. Se é que ele existe. Enquanto isso, a história segue.

N O T A S

1. Cf. SOUZA, Iara Lis Carvalho. O rei na América. *Espaço Plural*, Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação da América Latina (Cepedal), ano III, n. 7, 2001. p. 32. BARREIRO, José Carlos. Para além de uma história das elites. *Espaço Plural*, ano III, n. 7, 2001. p. 31. SILVA, Luiz Geraldo. O espetáculo da monarquia. *Espaço Plural*, ano III, n. 7, 2001. p. 1; p. 30. VASCONCELOS, Gilberto. Começo tropical do teatro da política. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2000. ALMEIDA PRADO, Antônio Lázaro. Saber contar a história. *Voz da Terra*, Assis, 27 dez. 2000. PIRES, Pablo. Revoluções da corte. *O tempo*, Belo Horizonte, 4 nov. 2000. Caderno Magazine. SARAIVA, Renata. O espetáculo da realeza no Rio de Janeiro do século XIX. *Valor*, Rio de Janeiro, 23 out. 2000. PISA, Daniel. Dores e charmes de uma nação entre dois mundos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 jan. 2001. Caderno 2. MACAULAY, Neill. A corte no exílio. *Hispanic American Historical Review*, ano 85, v. 1, p. 138-139, 2005. Resenha.
2. MOREL, Marco. Civilizados e radicais no século XIX. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 dez. 2000. Caderno Idéias. p. 5.
3. *ibidem*.
4. GONÇALVES, Adelto. A boa vida da corte no Rio de Janeiro. *Jornal da Tarde*, Rio de Janeiro, 21 out. 2001. Caderno de sábado. p. 20.
5. *ibidem*.
6. *ibidem*. Grifo meu.
7. GONÇALVES, Adelto. Capoeiragem: rebeldia e habilidade negra no Rio. Resenha a SOARES, Carlos Eugenio Líbano *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001b. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cecult/resenhas_vh/resenha_capoeira1.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2007. Grifos meus.
8. *ibidem*. Grifo meu.
9. REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernidade entre passado e futuro: (1808-1945). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira, a grande transação*. São Paulo: Ed. Senac, 2000. p. 83-117. *passim*.

10. CERVO, Amado Luiz. *Depois das caravelas: as relações de Portugal e o Brasil (1808-2000)*. Lisboa: Instituto Camões, 2000. passim.
11. GONÇALVES, Adeldo. Invenções e disparates. Disponível em: <<http://blog.comunidades.net/adeldo/index.php?op=arquivo&pagina=100&mmes=07&anon=2005>>. Acesso em: 24 set. 2007. Grifo meu.
12. *ibidem*.
13. GONÇALVES, Adeldo. D. João revisitado. Disponível em: <<http://blog.comunidades.net/adeldo/index.php?op=arquivo&idtopico=226711>>. Acesso em: 1 abr. 2008. Texto de 9 de fevereiro de 2008.
14. SORIANO, Simão José da Luz. *História de el-rei d. João VI primeiro rei constitucional de Portugal e do Brasil em que se referem os principais atos e ocorrências do seu governo bem como algumas particularidades de sua vida privada*. Lisboa: Universal, 1866. p. 59.
15. MARTINS, Rocha. *A corte de Junot em Portugal*. Lisboa: Gomes de Carvalho, 1910. p. 23.
16. BRANCO, Pandiá H. de T. Castello. A corte portuguesa no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 417-436, 1914. Particularmente, p. 425.
17. NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p. 14.
18. CALMON, Pedro. *História do Brasil*. v. 4: O império 1800-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. p. 25. Grifo meu.
19. Calmon refere-se a BIANCARDI, José Theodoro. *Cartas americanas, publicadas por...* Lisboa: Alcobia, 1820. Em obra anterior, a biografia de d. João VI, Calmon já apresentava aqueles números, com uma colorida descrição do embarque: "(Napoleão) Calculara reunir em Bayona os reis da península num desterro comum – e eis que um deles, o mais astuto, se metia nos seus barcos, com quinze mil pessoas (...) e abalava para ultramar mudando de nação!". Cf. CALMON, Pedro. *O rei do Brasil: vida de d. João VI*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943. p. 109.
20. Tobias Monteiro refere-se à obra de BOUCHOT, August. *Histoire du Portugal et ses colonies*. Paris: Hachette, 1854. As Cortes mandavam imprimir as cartas trocadas entre d. Pedro e d. João e distribuí-las avulsamente para os deputados. Eugène de Monglave traduziu-as para francês e publicou-as em Paris, em 1827. Cf. MARTINS, J. P. Oliveira. *História de Portugal*. 3. ed. emendada. Lisboa: Viúva Bertrand, 1882. (A primeira edição é de 1879.) Tobias Monteiro refere-se às memórias de Laure Permont, mulher do general Junot, primeiro duque de Abranches. Cf. ABRANTES, Laure Junot, duchesse d'. *Mémoires de mme. la duchesse d'Abrantès, ou souvenirs historiques sur Napoléon, la Révolution, le Directoire, le Consulat, l'Empire et la Restauration*. Paris: Ladvocat, 1831-1835. Também LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil (1808-1821)*. v. 3. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1945; MONTEIRO, Tobias. *História do império*. v. 1: A elaboração da independência. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 66-67. Otávio Tarquínio de Sousa não oferece um montante, um total de pessoas que teriam embarcado com a família, mesmo aproximadamente, mas atenta à qualidade da comitiva, depois de referir-se à polêmica historiográfica em torno da composição da frota – o que, de resto, até hoje não se resolveu categoricamente! Cf. SOUSA, Otávio Tarquínio de. *A vida de d. Pedro I*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. p. 54 ss.
21. MANCHESTER, Alan. A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. In: HENRY, H. Keith; EDWARDS, S. F. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Tradução de José Lourenço de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 177-217. O trecho citado encontra-se na página 183.
22. Vale a pena destacar o trabalho de Kenneth Light, que, em correspondência com o autor, pondera que as oito naus de linha, quatro fragatas, uma corveta, dois brigue e uma charrua trouxeram pouco mais de seis mil pessoas ao Brasil na viagem da família real em 1808. Cf. LIGHT, Kenneth. A viagem da família real para o Brasil (1807-1808). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 158, n. 397, p. 1035-1044, out.-dez. 1997. LIGHT, Kenneth. *Carta para Jurandir Malerba*. Rio de Janeiro, 15/01/2003.
23. A tese que eu defendo em *A Corte no exílio* prescinde desse dado. Importa mais, para sustentá-la, que a população do Rio de Janeiro praticamente dobrou durante os 13 anos em que a família real permaneceu no Brasil, embora esse número também não seja consensual. Não há censos precisos para a população do período. Louis de Freycinet estima a população fluminense em 60 mil almas em 1808; aproximadamente 130 mil, dez

anos depois (segundo o marquês do Lavradio); 150 mil em 1821 é a estimativa de Henderson: "(...) two-thirds of which are negroes, mulattoes, and others, exhibiting every variety of complexion". Spix e Martius calcularam em 120 mil almas a população da cidade e 420 mil a província. SPIX, J. B. von; MARTIUS, von. *Viagem pelo Brasil*. Tradução de Lúcia F. Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. Cf. FREYCINET, Louis de. *Voyage au tour du monde. Interpris par ordre du Roi (...) Executé sur les corvettes de S. M. L'Oranie et la Physicienne, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820*. Paris, Chez Pillet Aîné Imprimeur-Libraire, 1827 (8 v), v. 1, p. 193; HENDERSON, James. *A history of Brazil, comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, &c.* Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1821, p. 72. Mawe, em 1808, arriscava em 100 mil habitantes a população do Rio. Cf. MAWE, John. *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond district of that country, by authority of the Prince of Portugal...* Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1812, p. 97; Denis dizia haver "no início do século" cerca 80 mil e ao seu tempo 260 mil almas. Cf. DENIS, Fernand. *Brasil*. v. 1 Trad. Lisboa: L. C. da Cunha, 1844, p. 175. Luccock, em minha opinião o mais rigoroso observador estrangeiro do Rio joanino, apresenta a cifra de 60 mil, dos quais um terço composto de brancos ou mulatos claros. Cf. LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Trad. Milton de S. Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 28; Ernst Ebel, que esteve no Rio em 1824, fala em 180 mil a 200 mil almas, "dos quais dois terços são negros". Cf. EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Trad. Joaquim de S. Leão F^o. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p. 187. Cf. IHGB - Mss. Corte e província do Rio de Janeiro. Mapa da população da... 1821, 7 fls. (lata 77).

24. ANRJ. *Papéis relativos à vinda da família real para o Brasil*. (Relação das pessoas que vieram e das naus que fizeram o transporte.) 1808. Códice 730.
25. MALERBA, J. *A corte no exílio*. Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, capítulo 1, nota 1, p. 310.
26. Na listagem que gentilmente me forneceu Kenneth Light, esse número é de 135 pessoas. Cf. LIGHT, Kenneth. *Carta para Jurandir Malerba*. Rio de Janeiro, 15/01/2003.
27. 349 nas contas de Light. Duas embarcações que têm referências no códice 730 – a fragata Andorinha, página 19, e o navio Conceição, p. 21 – não constam na listagem de Light, assim composta: naus de linha – Príncipe Real, Afonso Albuquerque, Rainha de Portugal, Conde D. Henrique, Martim de Freitas, D. João de Castro, Medusa, Príncipe do Brasil; fragatas – Golfinho, Minerva, Urânia, Thetis; corveta – Voador; brigues – Lebre, Vingança; escuna – Curiosa. Cf. Light, *ibidem*.
28. Para um tratamento prosopográfico desses nomes, ver Malerba, *A corte no exílio*, Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, capítulo 5.
29. IHGB. *RELAÇÃO das pessoas que saíram desta cidade para o Brasil, em companhia de S.A.R., no dia 29/11/1807*, lata 490, pasta 29.
30. Para citar apenas dois clássicos: FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952; e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
31. LEITÃO, Paulino Joaquim. *A esquadra portuguesa que transportou aos Estados do Brasil os soberanos de Portugal, elogio oferecido a Sua Alteza Real o príncipe regente nosso Senhor por...* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.
32. ANRJ. Casa Real e Imperial. Caixa 2, pacote 2, doc. 104. Grifo meu.
33. *ibidem*.
34. ANRJ. Casa Real e Imperial. Caixa 2, pacote 3, doc 137.
35. ANRJ. Casa Real e Imperial. Caixa 1, pacote 2, n. 19. Grifo meu.
36. *ibidem*.
37. LIGHT, Kenneth. *Carta para Jurandir Malerba*. Rio de Janeiro, 15/01/2003.